

POLÍTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO NO MUNDO LUSÓFONO A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS MODELOS CULTURAIS DE PADRONIZAÇÃO LINGUÍSTICA

No presente trabalho analisa-se o histórico e o estado atual da política e planejamento linguístico de *status* e de *corpus* no mundo lusófono. Considerando o fato de o espaço geolinguístico da língua portuguesa caracterizar-se por presença de um número considerável de várias outras línguas, o presente trabalho também presta uma atenção especial à relação de política e planejamento linguístico com o fenômeno de multilinguismo. O marco teórico-metodológico da análise é o conceito dos modelos cognitivos culturais de padronização linguística, baseado em teorias da linguística e antropologia cognitivas e ainda não aplicado ao estudo de política e planejamento linguístico no mundo lusófono. A análise identifica os modelos culturais de padronização linguística que estão na base dos atos concretos de planejadores linguísticos lusófonos, bem como na base do pensamento crítico que acompanha tais atos. Os modelos identificados representam apenas uma das possíveis descrições e explicações da complexa situação sociolinguística do mundo lusófono, podendo servir como um ponto de partida para outros estudos com orientação crítica, os quais deveriam oferecer soluções alternativas para a relação entre política e planejamento linguístico e distribuição do poder na comunidade de falantes da língua portuguesa.

Palavras-chave: língua portuguesa; mundo lusófono; modelos cognitivos culturais de padronização linguística; política e planejamento linguístico; história de padronização linguística; pluricentrismo de normas-padrão; diglossia; multilinguismo.

1. Introdução

1.1. Noção da língua portuguesa e do mundo lusófono

A língua portuguesa possui a posição de língua oficial nos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial,

1 mladenciric84@gmail.com

Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, bem como no território de Macau, antiga colônia portuguesa, hoje em dia pertencente à República Popular da China. Além destes países e territórios, o português é usado como língua oficial ou língua de trabalho em várias organizações internacionais, tais como a União Europeia, a União Africana, a Organização dos Estados Americanos, o Mercado Comum do Sul, entre outras. Há iniciativas e atividades concretas cujo objetivo é atribuir ao português a posição de uma das línguas oficiais da Organização das Nações Unidas. Cabe ressaltar ainda o fato de que a língua portuguesa não se limita apenas aos países onde é a língua oficial. A presença de marinheiros, comerciantes e colonizadores portugueses na Ásia deixou sua marca: pequenas comunidades de lusofalantes asiáticos, entre as quais destacam-se as da chamada Índia Portuguesa, a saber, Goa, Damão e Diu. Ademais, os imigrantes portugueses, brasileiros e africanos lusófonos continuam espalhando sua língua mundo afora, tornando-a uma língua minoritária de grande importância em vários países, tais como África do Sul, Andorra, Austrália, Bermudas, Canadá, Estados Unidos, França, Luxemburgo, Namíbia, Paraguai, Venezuela, entre outros.

Estima-se que a língua portuguesa, usada como L1, tem mais de duzentos milhões de falantes, sendo a quinta ou a sexta língua mais falada no mundo.² A comunidade de seus falantes espalha-se por todos os continentes e é muito diversa em termos nacionais, étnicos, culturais e sociais. A formação desta comunidade linguística durou vários séculos: desde a consolidação da língua portuguesa na Península Ibérica, no século XII, passando pelos “descobrimientos” portugueses iniciados no século XV, até os fluxos migratórios atuais, os quais estão levando a língua portuguesa a vários países da Europa Ocidental, aos Estados Unidos, ao Canadá, à Austrália, bem como a outros estados do “Primeiro Mundo”.

2 Uma língua cuja situação geolinguística e sociolinguística é tão complexa quanto a de português sempre apresenta dificuldades na determinação do número exato de falantes. Dependendo da fonte, tais informações variam muito, às vezes mostrando diferenças expressas em centenas de milhares de falantes. Tendo isto em consideração, é impossível posicionar a língua portuguesa com precisão na lista das línguas mais faladas do mundo. Uma fonte de informações sobre este assunto regularmente atualizada e considerada fidedigna é a página www.ethnologue.com

A comunidade de todos os falantes de língua portuguesa geralmente é denominada de Lusofonia. O conceito da Lusofonia abrange os países nos quais o português é a língua oficial, assim como, às vezes, todos os países e territórios onde há um número considerável de lusofalantes. No presente trabalho empregaremos o termo *mundo lusófono* para designar todos os Estados e territórios cuja língua oficial é a língua portuguesa.

1.2. Política e planejamento linguístico

Política e planejamento linguístico (doravante PPL) geralmente é definida como uma atividade organizada e institucionalizada que objetiva regularizar vários aspectos da posição, da forma e dos domínios de uso de uma certa variedade linguística. É comum discriminar a PPL de *status* (escolha de variedades linguísticas que terão a posição de línguas oficiais em uma certa entidade política ou administrativa), de *corpus* (a própria padronização linguística, ou seja, a escolha de formas que constituirão a norma-padrão para uma certa comunidade linguística), e a PPL educacional (escolha de variedades linguísticas a serem ensinadas no ensino formal como L1, L2, línguas estrangeiras, línguas adicionais, etc.).³ No presente trabalho focar-nos-emos na análise da PPL de *status* e de *corpus* no mundo lusófono, após um olhar breve sobre o histórico da padronização da língua portuguesa. Quanto à PPL educacional, deixá-la-emos de lado no presente trabalho, pois esta atividade, a nosso parecer, representa a parte mais complexa de qualquer PPL e, portanto, exige pesquisas exclusivas.

Gostaríamos de ressaltar que qualquer PPL, em nossa opinião, representa um fenômeno sempre realizado em um determinado contexto (social, político, cultural, epistemológico, etc.). Este contexto influencia, de várias maneiras, direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente, em objetivos e resultados da PPL, sejam os planejadores linguísticos cientes desta influência ou não (Ricento 2000; Milroy 2001; Filipović 2009: 54-72, 2015). Este é o conceito de PPL que será o nosso ponto de partida no presente trabalho.

3 Há uma vasta produção bibliográfica sobre as mais diversas definições de PPL e subdivisões de seus tipos. Ricento (2006) traz várias visões consolidadas sobre as teorias e os métodos da PPL contemporânea; Filipović (2015) oferece um entendimento novo e original do conceito de PPL.

1.3. Modelos culturais de padronização linguística

A análise do histórico e, principalmente, da realidade atual da PPL no mundo lusófono, exposta no presente trabalho, será baseada no conceito dos modelos cognitivos culturais de padronização linguística, proposto por Geeraerts (2003). Este cognitivista estuda a valorização de variedades linguísticas na sociedade, bem como os fatores sócio-históricos que fazem com que umas certas variedades (e não outras) sejam escolhidas como base da norma-padrão. O estudo deste autor abrange a história da padronização linguística na Europa, oferecendo, também, umas considerações finais sobre a situação a nível global.

A história de padronização de línguas no continente europeu interpreta-se com base nos modelos culturais de padronização linguística. Estes modelos, segundo o autor do estudo, são idealizados e simplificados, servindo-nos como uma ferramenta muito útil da análise de fenômenos bem mais complexos da realidade (Geeraerts 2003: 3-4). Ele identifica dois principais modelos de padronização: o racionalista e o romântico. Com base neles é possível analisar toda a história da padronização linguística, bem como o estado atual desta atividade.

Segundo o modelo racionalista, a norma-padrão de uma língua tem que ser empregada em igual medida no território inteiro do estado e em todas as classes sociais, sem exceção, sendo disponível a todos os usuários e não podendo ser considerada propriedade de um grupo só. Geeraerts (2003: 5-10) exemplifica estas características da norma-padrão com o período que seguiu a Revolução Francesa (finais do século XVIII). Na nova sociedade francesa, de acordo com o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, propõe-se a extinção dos dialetos regionais e a introdução da nova norma-padrão do francês – um meio de comunicação de todos os cidadãos e a chave da participação da vida política no novo Estado.

O modelo romântico, por sua vez, recusa o favorecimento de uma só variedade linguística, seja esta qual for, bem como a imposição de uma norma-padrão a toda a comunidade de falantes. Na visão romântica, a língua não é apenas um meio de comunicação; ela é um meio de expressão individual. As funções expressiva e poética da língua ganham importância, enquanto a comunicativa a perde. Portanto, a imposição da norma-

padrão é vista como restrição do individualismo. Além disso, a variação linguística, no entendimento romântico, pode ser aproveitada para expressão de identidades diversas (Geeraerts 2003: 10-15).

Os dois modelos de padronização linguística se fundem e completam com elementos novos durante os séculos XIX e XX, gerando, assim, dois modelos novos: o nacionalista e o pós-moderno. O modelo nacionalista é parecido ao racionalista pelo fato de considerar a norma-padrão um meio de comunicação e uma ferramenta importantíssima para a inclusão da maioria da população na vida política. Porém, no lugar do conceito racionalista da maioria, o modelo nacionalista introduz o conceito de Nação. A Nação é o elemento fundamental do funcionamento do Estado, da organização política e, por consequência, da própria padronização linguística (Geeraerts 2003: 20). Por outro lado, o modelo nacionalista é parecido também com o modelo romântico pelo fato de considerar a língua um meio de expressão de identidade. O conceito de identidade, porém, deixa de ser individualista e passa a ser fortemente ligado à Nação inteira. Explicando as características do modelo nacionalista, Geeraerts introduz o conceito do “nacionalismo da identidade” (*identity nationalism*, em inglês), conforme o qual “a Nação deriva sua legitimidade política da identidade cultural do povo” (Geeraerts 2003: 20-21).

Na segunda metade do século XX aparecem novos fenômenos que influenciam em transformação dos modelos culturais de padronização linguística. A globalização começa a vigorar, cada vez mais, no plano político, econômico e cultural. Um dos resultados deste processo é o predomínio da língua inglesa no mundo inteiro. Em posição contrária à do inglês (e de outras línguas globais) encontram-se muitas línguas pequenas, frequentemente sob ameaça de desaparecimento. O favorecimento do inglês como a língua global corresponde à ideia de um meio de comunicação universal, ao alcance de todos. Por outro lado, os paradigmas da ecologia linguística e dos direitos humanos linguísticos, cujos promotores lutam pela preservação da diversidade, correspondem ao modelo romântico, pois este recusa o favorecimento de apenas uma variedade linguística. Em vez da relação entre a norma-padrão e outras variedades linguísticas dentro de um Estado, o foco agora passa à relação entre a língua inglesa e outras línguas no mundo inteiro. Além disto, a presença da orientação pós-moderna na

ciência, arte e filosofia fortalece o subjetivismo no pensamento, a abordagem crítica e a igualação da cultura “alta” com a cultura popular. O valor de todas as expressões culturais é considerado igual; da mesma maneira, todas as variedades linguísticas também podem ser consideradas iguais. Portanto, o modelo pós-moderno de padronização linguística, vigente na segunda metade do século XX e em crescimento intensivo agora, no século XXI, possui características do modelo romântico, o qual valorizou todas as variedades linguísticas como meios de expressão do individualismo. O modelo pós-moderno, porém, corresponde também ao racionalista pelo fato de favorecer o valor utilitário do conhecimento (“o conhecimento é válido só podendo ser aplicado”), da mesma maneira como o modelo racionalista favoreceu a função comunicativa da norma-padrão.

Geeraerts (2002: 31-39) aplica os modelos culturais de padronização linguística à análise da padronização da língua holandesa. Toda língua que possui sua norma-padrão pode ser analisada a partir desta perspectiva (veja-se o exemplo da língua sérvia em Filipović 2007 e 2009: 61-64). O presente trabalho oferecerá uma análise da padronização da língua portuguesa e da PPL de *status* e de *corpus* no mundo lusófono, com base nos referidos modelos.

2. História da padronização da língua portuguesa e modelos culturais de padronização linguística

Portugal constituiu-se como um Estado medieval típico no século XII. Com a separação do território português da Galiza começou, aos poucos, o distanciamento das variedades linguísticas portuguesas das galegas. No Portugal medieval, da mesma maneira como na maior parte da Europa Ocidental daquela época, o latim foi a língua empregada nas atividades culturais, artísticas e acadêmicas, havendo esforços de preservação de pelo menos alguns dos fundamentos de sua forma “pura”, ou seja, daquilo que hoje em dia denominamos de norma-padrão. Por outro lado, as línguas vernáculas, inclusive o português, desenvolviam-se em um estado de evolução livre, sem quaisquer normas prescritas que lhes dessem uma forma mais ou menos estável. Em outras palavras, ainda não

havia padronização linguística. As primeiras tentativas desta atividade datam do século XVI. Em 1536 foi publicada a prestigiosa *Grammática da lingoagem portuguesa*, da autoria de Fernão de Oliveira. Esta foi a primeira tentativa de definir as regras de uso “correto” do português. Pouco tempo depois aparecerem tentativas parecidas, que coincidiram com o início da expansão do Império Português. Em 1576 sai do prelo a primeira ortografia (Baxter 1992: 12). O século XVI em Portugal foi marcado pela coexistência de muitas variedades e mudanças linguísticas (inclusive aquelas que se realizaram em contato com outras variedades), mas também pelo começo de atividades da PPL de *corpus*, ou seja, da definição de um tipo de norma-padrão (Mattos e Silva 1988a).

No século XVIII houve novas tentativas de definição da norma-padrão da língua portuguesa. O primeiro dicionário de português (*Diccionario da lingua portugueza* composto por Antonio de Moraes Silva) tinha saído do prelo em 1789 e teve, no total, dez edições, até 1949 (Baxter 1992: 12). Em 1771 aparece a primeira gramática normativa e começa a ser usada tanto na metrópole, quanto nas colônias. Os séculos XIX e XX trazem muitas outras gramáticas prescritivas, baseadas na tradição filológica. Pode-se dizer que a primeira gramática normativa com traços de orientação linguística foi publicada só nos anos oitenta do século XX (Cunha e Cintra 2001). Esta obra, porém, apresenta forte influência da tradicional igualação da norma-padrão com a linguagem literária, havendo tomado um *corpus* vastíssimo de obras literárias lusófonas como exemplo de “uso correto” da língua portuguesa (Bagno 2001: 41).

A Academia das Ciências de Lisboa tentou publicar seu dicionário apenas duas vezes: em 1793 e 1976. Ambas as vezes foi impresso só o primeiro volume previsto. Entretanto, houve tentativas de publicações lexicográficas de editoras privadas, fora das instituições oficiais competentes para a PPL em Portugal. Enfim, basta um olhar breve sobre a história da padronização linguística em Portugal para que se conclua que naquele país não houve uma PPL bem elaborada e estruturada (Baxter 1992: 13).

A língua portuguesa desembarcou no território atual do Brasil junto com os primeiros exploradores e colonizadores portugueses, no início do século XVI. Sua oficialização e uso público, porém, acontecerá só em 1757, com o Decreto de Pombal. Até então, o meio de comunicação no Brasil foi a *língua geral*, um *pidgin* baseado no tupi. Com a entrada do portu-

guês na educação colonial brasileira, o modelo de “uso correto” da língua foi encontrado na gramática normativa de 1771, publicada na Metrópole.

O Brasil ganha sua independência em 1822. A Academia Brasileira de Letras foi a instituição oficial que se encarregou do planejamento linguístico no novo Estado independente, desde a segunda metade do século XIX. Esta instituição dedicou-se à elaboração do dicionário e de gramáticas prescritivas, mas de uma maneira não sistemática e sem estudos prévios que pudessem descrever as peculiaridades do português falado no Brasil. Alguns estudiosos e entusiastas individuais tiveram muito mais sucesso nesta área do que a Academia, o que diz muito sobre a seriedade da PPL no Brasil (Baxter 1992: 19-20). Durante o século XX começam a aparecer compêndios e manuais brasileiros com intenção de serem gramáticas normativas de português, geralmente baseados em uma forte tradição filológica, do mesmo modo como os portugueses.

A nossa conclusão é que a história da padronização linguística em Portugal e no Brasil mostra o predomínio absoluto do modelo racionalista de padronização linguística. A língua portuguesa foi vista como a única variedade linguística que precisa ser padronizada e transformada em meio de comunicação para todos, tanto no território continental português, quanto no Império inteiro. As variações linguísticas territoriais e sociais em Portugal, desde o século XVI, foram combatidas com a publicação de gramáticas e vários outros compêndios didáticos e moralizantes, os quais, entre outros fins, pretenderam definir “o uso correto” da língua (Mattos e Silva 1988a). A enorme diversidade linguística encontrada por portugueses no Brasil foi negligenciada e o português foi proclamado a língua oficial da Colônia, no século XVIII. A correlação entre o crescimento do poder imperialista e as atividades de padronização linguística mostra que as tendências expansionistas do Império tiveram sua incorporação no plano da PPL também.

3. Política e planejamento linguístico de *status* no mundo lusófono e modelos culturais de padronização linguística

Vimos na parte introdutória do presente trabalho que a língua portuguesa possui a posição de língua oficial em nove países. As situações lin-

guísticas destes países, porém, diferem muito uma da outra, de maneira que trataremos aqui brevemente de suas peculiaridades, sempre dentro do contexto da PPL de *status*.

Quanto a Portugal e ao Brasil, trata-se de dois países frequentemente definidos como monolíngues e como Estados cujas fronteiras políticas coincidem com as linguísticas (Mattos e Silva 1988a, 1988b). Esta definição, porém, não corresponde à realidade, em nenhum dos dois casos. Em Portugal há comunidades de emigrantes de diversos países (sobre cujos aspectos linguísticos e sociolinguísticos ainda não há suficiente estudos), enquanto o Brasil é conhecido por fluxos migratórios vindos da Europa e Ásia, nos finais do século XIX e durante o século XX. Além disto, há, no total, 274 línguas indígenas, faladas por 305 etnias autóctones brasileiras (IBGE 2016). No entanto, pouquíssimas delas possuem a posição de língua oficial, a nível local ou regional (Morello 2012). A situação linguística no Brasil é muito mais relevante para a nossa análise da PPL de *corpus*, como veremos no próximo capítulo.

Os cinco países lusófonos da África apresentam um caso à parte, pois diferem tanto de Portugal e do Brasil, quanto um do outro. A característica principal da situação linguística nestes países é o multilinguismo. No que diz respeito ao seu perfil sociolinguístico, veremos que sua PPL de *status* geralmente favorece apenas uma variedade linguística, enquanto negligencia todas as outras.

A maior parte da população angolana e moçambicana fala uma das variedades linguísticas autóctones, geralmente da família bantu, como L1.⁴ Não são raros os casos de bilinguismo e plurilinguismo individual, de maneira que muitos angolanos e moçambicanos possuem competência de se comunicarem em várias línguas. Nenhuma delas, porém, tem a posição de língua oficial, ainda que possa exercer a função de *lingua communis* a nível de uma tribo, etnia ou região (Vilela 2001: 34-35). O

4 Vilela (2001: 38, com indicações de outras fontes bibliográficas) oferece informações sobre as línguas autóctones angolanas; Uma das melhores fontes sobre as línguas autóctones moçambicanas, a pesar do fato de datar da década passada, com informações estatisticamente organizadas, encontra-se em Lopes (2004: 152-153) ; Agualusa (2008), Castro (2006: 34-35) e Gonçalves (1998, 2001) oferecem dados estatísticos sobre o número de falantes de português como L1 e L2 em Angola e Moçambique.

bilinguismo ou plurilinguismo individual frequentemente também inclui a competência de se comunicar em português, às vezes como L1. No plano coletivo, o multilinguismo representa a característica fundamental destas duas nações relativamente jovens.

A população da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe na maior parte fala uma das variedades crioulas locais como sua L1. Há, também, línguas autóctones africanas na Guiné-Bissau, mas é *kriol* o idioma que exerce a função de *lingua communis* a nível nacional. Quanto a Cabo Verde, poderia-se dizer que este é um país de indivíduos bilíngues (comunicando-se em português, nas situações formais e oficiais, e em crioulo caboverdiano, no dia a dia), mas, também, de uma diglossia forte, pois é apenas o português a variedade linguística que detém a posição de língua oficial.⁵

No caso de Timor-Leste, o mais novo estado lusófono independente, a posição da língua oficial a nível nacional é compartilhada pelo português e tétum. Além do tétum, há em Timor-Leste mais línguas autóctones (Hajek 2000: 401), mas nenhuma delas possui a posição de língua oficial a nenhum nível administrativo. A capacidade de comunicação em português é atribuída, de acordo com o censo de 2004, a 36% da população (Taylor-Leech 2008: 163).

A nosso parecer, na determinação de seus rumos de ação, toda PPL deveria considerar o multilinguismo um fator de grande importância. Vimos que no caso dos países africanos lusófonos há uma realidade multi-língua bastante diversa, de um lado, e apenas uma única língua oficial, do outro. No caso de Timor-Leste há duas línguas oficiais, ainda que a realidade linguística também apresente uma diversidade considerável. Este tipo de PPL de *status*, em nossa opinião, é estruturado de acordo com o modelo racionalista, pois favorece uma variedade linguística como meio de comunicação, tentando unificar linguisticamente uma comunidade repleta de diversidade. O que outrora era a relação entre a norma-padrão do francês e dialetos regionais na França pós-revolucionária (Geeraerts

5 Os crioulos da base portuguesa representam um tema importantíssimo para a linguística portuguesa e geral, bem como para muitas outras áreas. Um dos primeiros estudos sistemáticos destas variedades é Valkhoff (1966); um panorama geral sobre os crioulos da base portuguesa encontra-se em Holm (2004: 71-75).

2002: 3-6), hoje é a relação entre a língua portuguesa e muitas outras línguas autóctones (ou crioulas), tanto na África Lusófona, quanto em Timor-Leste. Além destas características do modelo racionalista na estrutura da PPL de *status* nos Estados lusófonos aqui analisados, gostaríamos de acrescentar que estas atividades da PPL também seguem alguns traços do modelo nacionalista, construído no século XIX. Trata-se do fato de a língua portuguesa ter sido reconhecida como uma ferramenta bastante útil para a construção das novas identidades nacionais nestes países recém decolonizados e cheios de diversidade étnica, cultural, confessional e linguística. Desta forma, a língua dos ex-colonizadores passou a ser o símbolo da identidade da nação inteira. O que restou às línguas autóctones foi apenas um simbolismo identitário limitado a nível de uma tribo ou de uma etnia. Havendo escolhido a língua portuguesa como sua língua oficial, os países africanos lusófonos, bem como, mais tarde, Timor-Leste, optaram pela possibilidade de estreitar seus laços com Portugal e com o Brasil, países considerados grandes parceiros políticos e, em primeiro lugar, econômicos.

A PPL de *status*, no contexto do mundo lusófono como um todo, favorece a escolha de apenas uma variedade linguística para a posição da língua oficial, atribuindo-lhe todas as funções correspondentes a esta categoria sociolinguística. Concluimos, portanto, que as atividades da PPL de *status* no mundo lusófono se estruturam predominantemente conforme o modelo racionalista.

4. Política e planejamento linguístico de *corpus* no mundo lusófono e modelos culturais de padronização linguística

O termo *língua portuguesa* abrange toda uma série de variedades linguísticas, bastante diversas, o que quer dizer que às vezes resulta difícil definir precisamente o significado exato deste glotónimo (Paiva Raposo 1984). De acordo com o critério territorial, estas variedades linguísticas podem ser classificadas em três grandes grupos: português europeu, português brasileiro e português africano. Comparando estes três grupos, percebem-se diferenças claras, logo à primeira vista, não só na pronúncia, mas também no léxico e na estrutura gramatical. Não seria, portanto,

natural que a língua portuguesa possuísse apenas uma norma-padrão vigente em toda a área onde é falada. Da mesma maneira como outras línguas com situações geolinguísticas e sociolinguísticas parecidas, o português também possui uma norma-padrão pluricêntrica. A norma-padrão da língua portuguesa divide-se em duas variantes nacionais: 1) *a variante nacional europeia, português europeu ou português de Portugal* e 2) *a variante nacional brasileira, português brasileiro ou português do Brasil*.⁶

A existência de apenas duas variantes nacionais da norma-padrão de língua portuguesa não corresponde à realidade linguística do espaço da comunidade de falantes de português. Esta língua não se usa só em Portugal e no Brasil, mas também em seis países africanos e em Timor-Leste. Não obstante, estes estados não possuem suas próprias variantes nacionais da norma-padrão de português. Neles é empregada a variante europeia, embora as variedades de português neles faladas (e até escritas) apresentem peculiaridades, a todos os níveis linguísticos, em comparação com as variedades que estão na base da variante nacional europeia de língua portuguesa (Vilela 2001: 37). Desta forma, a variante europeia nem deveria se chamar de “nacional”; seria ela, na verdade, *plurinacional*, pelo fato de funcionar como norma-padrão de língua portuguesa em várias nações.

Quanto à variante nacional brasileira, ela é usada na comunidade de falantes correspondente, mas pode-se questionar sua correspondência com a realidade linguística desta comunidade. O perfil sociolinguístico do Brasil apresenta uma coexistência bastante complexa de variedades linguísticas diversas e explicitamente hierarquizadas, no sentido sócio-psicológico e funcional. Por um lado, temos a norma-padrão, a variante nacional brasileira de língua portuguesa, assim como ela foi descrita e prescrita nas gramáticas normativas e em outros textos que definiram o uso “correto” da língua no Brasil. Ela é ensinada nas escolas, nos cursos de portu-

6 Às vezes se usam outras denominações. O termo *português lusitano*, por exemplo, de vez em quando é usado para designar o português europeu, tanto em Portugal, como no Brasil. Há também o termo *português daquém-mar*, usado como denominação da variante nacional (quer na Europa, quer na América), e *português dalém-mar*, usado como denominação da variante empregada do outro lado do Atlântico. Quanto aos termos empregados na linguística internacional, toma-se como modelo a denominação do inglês: *European Portuguese* e *Brazilian Portuguese* (como, por exemplo, em Azevedo 2005).

guês como língua materna. Como qualquer outra norma-padrão linguística, a variante brasileira de português é valorizada como um código linguístico prestigioso, cujo domínio representa a condição necessária para o acesso ao poder social. Há, porém, poquíssimos brasileiros que conseguem dominar todos os elementos da norma-padrão. Como foi dito antes (v. *supra*, o capítulo sobre a história da padronização linguística), a variante nacional brasileira de língua portuguesa baseia-se, em grande medida, na tradição literária e na variante europeia. Na verdade, quando comparadas, principalmente em suas formas escritas, as duas variantes deixam a impressão do alto grau de homogeneidade da língua portuguesa. Por outro lado, temos o *vernáculo brasileiro*, a variedade linguística adquirida por todos os brasileiros como L1. Esta variedade é bastante diferente da variante nacional europeia de língua portuguesa, pois tem uma história de desenvolvimento complexa (Mattos e Silva 1988a, 1988b, 2001), separada da história do desenvolvimento do português europeu, desde o século XVI. O vernáculo brasileiro esteve em contato com as línguas indígenas do Brasil e, principalmente, com múltiplas línguas de centenas de milhares de escravos africanos (Mendonça 2012). Emigrantes de países europeus e asiáticos, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, também contribuíram para a evolução do vernáculo brasileiro, em uma situação complexa de contato multilíngue. Ao mesmo tempo, a língua da Metrópole tomou outros rumos de evolução e perdeu várias características que se preservaram no Brasil. Estudos de linguística diacrônica, especialmente da orientação gerativista, mostraram que a gramática do vernáculo brasileiro tinha sofrido fortes reestruturações no final do século XIX, o que se percebe hoje em dia na morfologia e na sintaxe (Kato 1993; Tarallo 1993; Bagno 2000). Muitas das características do português europeu (tanto padronizado, quanto falado) não existem mais (se alguma vez existiam) no sistema gramatical do vernáculo brasileiro. As semelhanças do vocabulário, que são óbvias, apenas disfarçam as diferenças sistemáticas, muito mais profundas, entre o português europeu e o vernáculo brasileiro. E se considerarmos também as diferenças fonológicas entre estas variedades, a impressão da homogeneidade da língua portuguesa torna-se muito fraca.

A norma-padrão idealizada, de um lado, e o vernáculo brasileiro, do outro, representam dois pontos extremos do contínuo socioletal brasileiro.

Membros das classes brasileiras mais altas, os quais têm acesso à educação, inclusive ao ensino superior, na maior parte conseguem adquirir pelo menos as bases da norma-padrão. Esta, porém, é empregada apenas em situações extremamente formais, geralmente na escrita. Quanto às situações informais, emprega-se uma variedade linguística criada a partir do vernáculo e de alguns traços da norma-padrão. Esta variedade “intermediária” normalmente é denominada de *português brasileiro culto*. Os estudos sociolinguísticos das últimas décadas, principalmente aqueles de orientação variacionista e laboviana, têm como seu objetivo descrever justamente esta variedade, para que seja possível, depois, com base nesta descrição, reformar a norma-padrão. Um dos projetos-chave com esta tarefa foi concebido e iniciado nos anos setenta do século passado.⁷ A fala de brasileiros cultos virou, então, objeto da atenção de linguistas. Contudo, como alerta Marcos Bagno (2001: 42): “esses brasileiros cultos representam uma parcela *privilegiada* da população geral, porque tiveram condições, num país extremamente injusto, de percorrer todo o trajeto da educação formal, passando pelos onze anos do ensino básico e médio, mais os quatro-cinco anos do curso superior (grifo nosso).” A parcela muito maior da população brasileira nunca teve a oportunidade de concluir sua formação e adquirir a norma-padrão. Por consequência, os pertencentes a essa parcela não podem ser denominados de “falantes cultos”, enquanto sua variedade linguística não pode ser considerada o português brasileiro culto (Mattos e Silva 2001e 2006).

Devido à existência de um verdadeiro vácuo entre a norma-padrão e o vernáculo, bem como ao fato de as duas variedades exercerem funções diferentes na sociedade brasileira, a situação sociolinguística atual no Brasil pode ser considerada diglossia, no sentido clássico fergusoniano do termo. Assim é definida por vários linguistas brasileiros contemporâneos com orientação crítica (Kato 1993; Bagno 2000, 2001; Mattos e Silva 2001, 2006; Azevedo 2005: 259-261).

7 Trata-se do *Projeto NURC (Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta do Brasil)*. O objetivo principal do projeto é recolher e analisar dados da fala de brasileiros com ensino superior, habitantes dos seguintes centros urbanos: Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Mais informações sobre a concepção do projeto encontram-se no artigo das fundadoras (Callou & Marques, 1973).

Os linguistas interessados em fenômenos macrossociolinguísticos, bem como vários linguistas de outras orientações, tentaram chegar à explicação do motivo da situação diglótica no Brasil. Nos trabalhos de orientação crítica – que geralmente contêm a atitude proativa do autor, com propostas concretas para a eliminação dos problemas provocadas pela diglossia, ou seja, propostas para a modificação da norma-padrão –, as razões da complexidade da situação sociolinguística do Brasil procuram-se na estrutura da sociedade brasileira. Marcos Bagno (2001) afirma que a sociedade brasileira é essencialmente injusta e que uma minoria privilegiada não tem interesse de possibilitar o acesso às posições do poder social a todos os cidadãos, os quais deveriam ter este direito. Esta hierarquia social tem sua reflexão na língua: a imposição da norma-padrão, construída conforme o modelo europeu, a toda a sociedade. A identificação com a Metrópole, ou seja, com aquilo que está “fora” e que “só pode ser melhor e mais prestigioso”, data da época colonial. O período da Colônia, bem como o do Império, teve uma história longa e repleta de mestiçagem de raças, etnias, culturas e línguas. Estudos sistemáticos desta história social podem nos levar até a explicação da situação atual, ou seja, das relações problemáticas entre a língua e a sociedade no Brasil, como sugere Rosa Virgínia Mattos e Silva (2001). A necessidade de explorar o passado, para que se possa entender melhor o presente, foi confirmada também nos estudos gerativistas diacrônicos (Kato 1993; Tarallo 1993). Contudo, é encorajador que haja cada vez mais linguistas, de diversas especialidades e orientações epistemológicas, que têm como objetivo explicar e abordar criticamente o fenômeno da diglossia brasileira.

Os países da África Lusófona também apresentam um caso de diglossia *sui generis*, no que diz respeito ao uso de diferentes variedades de língua portuguesa. Eles empregam a variante nacional europeia da língua, carecendo ainda de suas próprias variantes nacionais. Há, porém, especialmente em Angola e Moçambique, variedades de português usadas pela elite local (Baxter 1992: 16-18), cada vez mais distantes do português europeu (Vilela 2001, 2002). Ainda é difícil determinar com precisão o grau de diferenças entre estas variedades e a norma-padrão, ou seja, a variante nacional europeia da língua portuguesa, mas tem havido vários estudos cujos objetivos têm incluído esta tarefa, entre outras (ex. Gonçalves 1998, 2001; Gonçalves e Stroud 1998). Estes estudos focam-se

em variedades locais, limitadas apenas a um dos países africanos lusófonos. Por outro lado, ainda não dispomos de estudos que comparem todas as variedades africanas da língua e ofereçam uma descrição mais consistente do português africano como um todo (Baxter 1992: 18).

Se colocarmos o fenômeno da diglossia brasileira e luso-africana no contexto da PPL de *corpus* no mundo lusófono inteiro, veremos que a variante nacional europeia de língua portuguesa é a variedade linguística indubitavelmente favorecida, em comparação com todas as outras. A norma-padrão do português oficialmente é pluricêntrica, pois possui no mínimo duas variantes nacionais, mas não há, no quadro deste pluricentrismo, participação equilibrada e igualitária de todos os centros da padronização. Atividades concomitantes e complementares de *todos* os centros da padronização linguística, em suas respectivas entidades territoriais e administrativas, deveriam ser o fundamento do pluricentrismo. No caso da língua portuguesa, porém, um dos centros – o brasileiro –, nunca atuou de acordo com a realidade linguística de seu território, havendo tomado como modelo os resultados do trabalho do outro centro, o europeu. Por conseguinte, não conseguiu elaborar uma variante nacional da norma-padrão suficientemente autêntica, deixando ao outro centro a posição favorecida dentro do pluricentrismo. Os restantes centros da padronização da língua portuguesa – os africanos e o timorense –, não mostraram a determinação necessária para elaborar suas próprias variantes nacionais independentes e consolidadas, o que também favorece a posição da variante nacional europeia dentro da padronização pluricêntrica do português.

Este caso peculiar de padronização linguística pluricêntrica pode ser explicado a partir dos modelos culturais. Em nossa opinião, é o modelo racionalista que predomina na estruturação da PPL de *corpus* no mundo lusófono. O favorecimento de apenas um centro de padronização do português corresponde ao favorecimento de apenas uma variedade linguística como meio de comunicação geral. A falta de um pluricentrismo equilibrado da norma-padrão de língua portuguesa, ou seja, da participação igual de todos os centros no processo da padronização, pode ser comparada com a eliminação ou diminuição das variações regionais e sociais, sob pressão da norma-padrão (o que é uma das principais características do modelo racionalista). Por outro lado, o pensamento crítico que

acompanha a situação da PPL de *corpus* no mundo lusófono, sugerindo reformas, apresenta características do modelo romântico. Lutando para a reforma da variante nacional brasileira de língua portuguesa (Kato 1993; Bagno 2000, 2001, 2007; Mattos e Silva 2001, 2006; Azevedo 2005: 259-261), ou para a elaboração das variantes africanas (Gonçalves 1998, 2001; Gonçalves e Stroud 1998), os linguistas criticamente orientados lutam por um respeito maior da diversidade linguística. No contexto global do mundo lusófono, esta diversidade também tem a ver com a padronização pluricêntrica da língua portuguesa.

5. Conclusão

A análise da PPL de *status* e de *corpus* no mundo lusófono mostra que esta atividade se estrutura, predominantemente, de acordo com o modelo racionalista de padronização linguística. Este modelo, em sua forma original, favorece apenas uma variedade linguística para a posição da norma-padrão ou do meio de comunicação geral, destinado a toda a comunidade de falantes, eliminando todas as outras variedades linguísticas. Vimos que esta tendência foi se estabelecendo e fortalecendo durante toda a história da padronização da língua portuguesa. No plano da PPL de *status*, o domínio absoluto de português (o que corresponde ao favorecimento de apenas uma variedade linguística), em quase todos os países lusófonos (com exceção de Timor-Leste) e a eliminação do multilinguismo (o que corresponde à negligência da diversidade), revela uma forte influência do modelo racionalista. No plano da PPL de *corpus*, no quadro da padronização pluricêntrica da língua portuguesa, o domínio absoluto de apenas um centro de padronização linguística (ou seja, o favorecimento de apenas uma variedade linguística) e a ausência ou negligência de outros centros (ou seja, a negligência da diversidade) também nos levam até a conclusão da atuação do modelo racionalista. É este, portanto, o modelo que, a nosso parecer, predomina na estruturação das atividades de PPL no mundo lusófono.

O paradigma dos modelos cognitivos culturais de padronização linguística é apenas uma das ferramentas da análise, descrição e explicação de uma realidade sociolinguística de múltipla complexidade e da PPL no

mundo lusófono. Em nossa opinião, este paradigma pode ser aproveitado no futuro para uns estudos mais profundos e, em primeiro lugar, direcionados a uma possível solução dos problemas gerados pelo modelo atual da PPL, assim como à procura de modelos alternativos.

BIBLIOGRAFIA

- Agualusa, José Eduardo. "A Língua Portuguesa em Angola: de língua madrasta a língua materna". Giorgio de Marchis (ed.). *Da Roma all' Oceano: il Portoghese nel mondo*. Roma: Nuova Frontiera, 2008, 103-107. Impresso.
- Azevedo, Milton. *Portuguese. A Linguistic Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. Print.
- Bagno, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Edições Loyola, 2000. Impresso.
- Bagno, Marcos. "Português do Brasil: Herança colonial e diglossia". *Revista da Faeeba*, 15 (2001): 37-47. Impresso.
- Bagno, Marco. *Preconceito lingüístico. O que é, como se faz*. (49. izd.). São Paulo: Edições Loyola, 2007. Impresso.
- Baxter, Alan Norman. "Portuguese as a pluricentric language". Michael Clyne. (ed.). *Pluricentric Languages. Differing Norms in Differing Nations*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1992. 11-44. Print.
- Callou, Dinah Maria Isensee e Maria Helena Marques. "Os estudos dialetológicos no Brasil e o projeto de estudo da norma lingüística culta." *Littera*, 3 (1973): 110-111. Impresso.
- Castro, Ivo. *Introdução à História do Português*. Lisboa: Ed. Colibri, 2006. Impresso.
- Cunha, Celso e Luís Felipe Lindley Cintra. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. Impresso.
- Filipović, Jelena. „Ideologija jezika i standardizacija: istorija i budućnost srpskog standardnog varijeteta“. *Primenjena lingvistika*, 8 (2007): 22-31. Štampano.
- Filipović, Jelena. *Moć reči. Ogledi iz kritičke sociolingvistike*. Belgrado: Zadužbina Andrejević, 2009. Štampano.
- Filipović, Jelena. *Transdisciplinary Approach to Language Study. The Complexity Theory Perspective*. London: Palgrave Macmillan, 2015. Print.
- Geeraerts, Dirk. Cultural models of linguistic standardization. Web. 10.07.2016.

- [http://www.ling.arts.kuleuven.be/qlvl/PDFPublications/03Cultural models.pdf](http://www.ling.arts.kuleuven.be/qlvl/PDFPublications/03Cultural%20models.pdf)
- Gonçalves, Perpétua. *Português de Moçambique: uma variedade em formação*. Livraria Maputo: Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, 1998. Impresso.
- Gonçalves, Perpétua. “Panorama geral do português de Moçambique”. *Revue Belge de Philologie et d’Histoire*, 79 (2001): 977-990. Impresso.
- Gonçalves, Perpétua e Christopher Stroud (ed.). *Estruturas Gramaticais do Português: Problemas e Exercícios, (Panorama do Português Oral de Maputo – III)*. Maputo: INDE, 1998. Impresso.
- Hajek, John. “Language planning and the sociolinguistic environment in East Timor: colonial practice and changing language ecologies”. *Current Issues in Language Planning*, 1.3 (2000): 400-414. Print.
- Holm, John. *An Introduction to Pidgins and Creoles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Print.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estudos Especiais. O Brasil Indígena*. Web. 30.08.2016.
<http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena.html>
- Kato, Mary A. “Como, o que e por que escavar?” Ian Roberts e Mary A. Kato (ed.). *Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica*. Campinas: Editora Unicamp, 1993. 13-30. Impresso.
- Lopes, Armando Jorge. “The language situation in Mozambique”. Richard B. Baldauf Jr. and Robert B. Kaplan (ed.) *Language Planning and Policy in Africa – I: Botswana, Malawi, Mozambique and South Africa*. Clevedon: Multilingual Matters, 2004. 150-196. Print.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. “Diversidade e Unidade: a aventura linguística do português”. *Revista ICALP*, 11 (1988a): 60-72. Impresso
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. “Diversidade e Unidade: a aventura linguística do português”. *Revista ICALP*, 12-13 (1988b): 13-28. Impresso.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. “Da sócio-história do português brasileiro para o ensino do português no Brasil hoje”. *Revista da Faeeba*, 15,(2001): 23-35. Impresso.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. *“O português são dois...” Novas fronteiras, velhos problemas*. 2ª edição. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. Impresso.
- Mendonça, Renato. *A Influência Africana no Português do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Impresso.
- Milroy, John. “Language ideologies and consequences of standardization”. *Journal of sociolinguistics*, 5.4 (2001): 530-555. Print.

- Morello, Rosângela. "A política de cooficialização de línguas no Brasil". *RILP*, 1.1 (2012): 8-17. Impresso.
- Paiva Raposo, Eduardo. "Algumas observações sobre a noção de 'língua portuguesa'". *Boletim de Filologia*, 29 (1984): 585-592. Impresso.
- Ricento, Thomas. "Historical and theoretical perspectives in language policy and planning". *Journal of Sociolinguistics*, 4.2, (2000): 196-213. Print.
- Ricento, Thomas. (ed.). *An Introduction to Language Policy. Theory and method*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. Print.
- Tarallo, Fernando. "Diagnosticando uma gramática brasileira. O português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX". Ian Roberts e Mary A. Kato (ed.). *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora UNICAMP, 1993. 69-106. Impresso.
- Taylor-Leech, Kerry. "Language and identity in East Timor. The discourses of nation building". *Language Problems & Language Planning*. 32.2 (2008): 153-180. Print.
- Valkhoff, Marius (ed.). *Studies in Portuguese and Creole*. Johannesburg: Witwaterstand University Press, 1966. Print.
- Vilela, Mário. (2001). "Reflexões sobre a política linguística nos PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa)". *AFRICANA STUDIA*, 4 (2001): 33-48. Impresso.
- Vilela, Mário. "Reflections on Language Policy in African Countries with Portuguese as an Official Language". *Current Issues in Language Planning*, 3.3 (2002): 306-316. Print.

Mladen Ćirić

**LANGUAGE POLICY AND PLANNING IN THE LUSOPHONE REALM
FROM THE PERSPECTIVE OF THE CULTURAL MODELS
OF LANGUAGE STANDARDIZATION**

Summary

The main goal of the present paper is to analyze the history of language standardization and the present state of language planning and policy in the Lusophone realm. The theoretical framework of the analysis is based on the concept of cognitive cultural models of language standardization, developed by Geeraerts (2003). The methodology

is based on critical qualitative analysis, typical of critical sociolinguistic studies. The introductory section of the paper explains the concept of the Portuguese language and the Lusophone realm, the concept of language planning and policy, and the theoretical framework. The second section offers a brief history of the standardization of the Portuguese language seen in the light of cultural models. The third section analyzes status language planning and policy in the Lusophone realm, while the fourth is focused on corpus language planning and policy, within the same framework. The conclusion indicates that the rationalist cultural model of language standardization (complemented by some elements of the nationalist one) dominates the process of structuring language planning and policy in the Lusophone realm. The present analysis is considered only one of many possible critical starting points for searching for an alternative model of language planning and policy in the Portuguese-speaking world.

Keywords: Portuguese language, Lusophone realm, cognitive cultural models of language standardization, language planning and policy, history of language standardization, standard language pluricentrism, diglossia, multilingualism.